

# A ANÁLISE DA AVALIAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA, SOB O ENFOQUE DE AVALIAÇÃO EMANCIPADORA DE SUA QUALIDADE

---

Nelson Luiz Posseti

---

Mestrando em Educação  
 Docente da FAFIU/UNIPAR  
 Diretor FACISU/UNIPAR

## Resumo

---

O presente artigo procura delinear aspectos até certo ponto interessantes e controvertidos no contexto da Avaliação Institucional no âmbito das Universidades Brasileiras, mas, ao mesmo tempo, fundamentais para a melhor compreensão e identificação do nível de encontros e desencontros que se possam estabelecer entre eles, como instrumentos auxiliares do processo de melhoria qualitativa a que essas mesmas instituições alcancem, fruto da realização por si mesmas, da avaliação da excelência de seus serviços e propósitos.

## Abstract

---

The present article tries to outline interesting and disagreement points in the context of Institutional Evaluation in the ambit of Brazilian Universities, but at the same time essential to a better comprehension and identification of the encounter and disencounter levels among them, as auxiliary instuments of the quality improvement process that these institutions reach up, results of its realizations and an evaluation of its own services, aims.

## 1. INTRODUÇÃO

---

No Brasil, a prática da **avaliação institucional** ainda não se firmou efetivamente, uma vez que tal experiência é recente, tendo se iniciado "para valer" com os eventos levados a efeito na USP e que serviram de parâmetros a muitas outras, mas que culminaram com algumas polêmicas, objeto de questionamentos sensíveis nas corporações docentes.

Portanto, este estudo busca o estabelecimento da possível vocação contemporânea da Universidade brasileira, a partir de uma análise avaliativa/qualitativa, embasando-se na situação-problema de que há provavelmente algumas lacunas que ainda persistem na dimensão estrutural e curricular dos vários processos que permeiam o universo das Instituições de nível de 3º grau, hoje ainda muito burocratizadas, malversadoras do dinheiro público e, conseqüentemente, pouco produtoras do saber, através de seus projetos de pesquisa ou ações sociais.

Afinal, seria de se perguntar: Tais instituições, estão cientes de que têm que se avaliar de "dentro para fora"? A quem serviriam as "avaliações institucionais"? Tais avaliações, seriam de responsabilidade das próprias instituições?

Entende-se pois que a consolidação de uma **prática avaliativa institucionalizada** deve contrapor-se aos demais modelos até hoje tentados,



comprometida com um processo de efetiva transformação e que estimule a participação de todos os segmentos envolvidos na comunidade acadêmica. É sob este enfoque que se procurará delinear, como tal transformação poderia decorrer, fruto de uma avaliação emancipadora/qualitativa, que provavelmente deve envolver os múltiplos aspectos da vida universitária.

Para tal, mister se faz: - *Analisar criticamente as variáveis inerentes ao contexto de "uma avaliação institucional", numa concepção emancipadora/qualitativa.*

- *Demonstrar, via análise-reflexão, as implicações de um Projeto Pedagógico-Institucional, embasado na Avaliação da Qualidade do Ensino, da Pesquisa e do Papel Social da Universidade.*

- *Questionar as razões e os porquês de Instituições Superiores de Ensino, ainda permanecerem ligadas à "sua" própria proposta de trabalho, fugindo muitas vezes do cumprimento de seu papel e de sua vocação diante da sociedade à qual servem.*

O estudo percorrerá e revisará a literatura pertinente, em busca da fundamentação teórica, enfocando num primeiro momento o tema: **Avaliação da Universidade Brasileira, em busca de um referencial inovador**, com abordagens respectivas aos aspectos 2.1 **Avaliação Institucional numa perspectiva emancipadora**, e 2.2 **A Vocação da Universidade sob a perspectiva de Avaliação da Qualidade de seu Projeto Pedagógico.**

Num segundo momento, o tema: **Qualidade Institucional, pressuposto para o desenvolvimento da Universidade**, aborda respectivamente os aspectos 3.1 **Avaliação da Qualidade: Compromisso Institucional na Construção da nova Universidade** e em 3.2 **Avaliação da Universidade, Impactos e Aspectos Políticos.**

## 2. A AVALIAÇÃO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA, EM BUSCA DE UM REFERENCIAL INOVADOR.

### 2.1 Avaliação Institucional numa Perspectiva Emancipadora.

**"Se não se tem claro qual a filosofia ou vocação que inspira a universidade, não se saberá qual a estrutura necessária para a conclusão do "nada"."** (Tramontin, 1981).

Talvez mais do que outras, a década de 1990 se projete como uma das mais críticas para a Universidade Brasileira, principalmente em razão do fato de que a ênfase na qualidade coloca para os estudiosos algumas questões, tais como: *De que forma lidar com os desafios de expansão no campo do ensino, da pesquisa e da extensão, se pressionados, os poderes constituídos atentam mais para as prioridades do ensino fundamental?* Isto pressupõe que os recursos das instituições públicas de ensino superior estejam cerceados, tolhendo algumas de suas pretensões, como a de conciliar **qualidade e competência** técnico-científica com o nível da "produção" da Universidade. Vai daí a necessidade imprescindível de cada Universidade Brasileira avaliar-se a si mesma com olhos críticos, sem hipocrisias e ilusões, buscando suas próprias soluções para que se adequem a este momento novo, caso não pretendam ser atropeladas pela marcha incontínente dos desafios múltiplos do século XXI.

Questões de toda sorte e inseridas no contexto do problema pressupõem a consolidação de uma prática avaliativa concreta, pois "a avaliação institucional torna-se valiosa quando compreendida como dimensão do processo de desenvolvimento do Projeto de Universidade que assume um compromisso crítico-transformador em relação à sociedade." (Saul, 1988. Pág. 12).

A Universidade deve ser entendida como instituição que detém uma VOCAÇÃO; e seus



objetivos e funções próprias, assumidas por meio de uma filosofia de valores, os quais devem ser preservados, mas que no âmbito de suas especificidades, devem ser diversificados, pois não podemos insistir num modelo padrão, considerando a vastidão e diversidades das desigualdades do Brasil. Afinal, as Universidades, como instituições sociais, decorrentes das comunidades e de suas características e dos seres nelas inseridos e delas dependentes, bem como de suas contingências, não poderão continuar enclausuradas em estereótipos ultrapassados, como se delas se esperasse um só modelo, uma só forma organizacional, um só percentual de produção. Considerá-las desta forma, diante de parâmetros iguais, seria equivaler a avaliar e tratar igualmente entes, por natureza desiguais.

É importante que a Universidade defina a sua vocação e os seus desempenhos através de parâmetros “avaliadores intrínsecos e extrínsecos” como observa JULIATO (1987), a partir inclusive de sua magnitude organizacional e funcional, tais como:

- **“UNIVERSIDADES DE PEQUENO PORTE:** *tipicamente regionais, voltadas com mais ênfase para as atividades do ensino e da pesquisa aplicada, entendidas como aquelas direcionadas para a busca de soluções e compreensão da problemática que influi mais diretamente no bem-estar social, econômico, cultural e espiritual da comunidade regional;*

- **UNIVERSIDADES DE MÉDIO PORTE:** *com organização um pouco mais complexa e cuja área de influência ultrapassa a visão micro-regional e até mesmo meso-regional, com maior oferta de serviços educacionais, tanto de ensino, quanto de pesquisa aplicada e ensaios de pesquisa pura. Constitui-se também em centro de estudos mais especializados em termos de pós-graduação “stricto-sensu”, principalmente mestrado;*

- **UNIVERSIDADES TIPICAMENTE DE INFLUÊNCIA NACIONAL:** *assim entendidas,*

*considerando a magnitude organizacional para oferecer maior diversidade de serviços educacionais na área de ensino de graduação e pós-graduação, programas de pesquisa pura e aplicada e principalmente por serem, via de regra, subsidiadas pelos poderes públicos. Esta situação permite a manutenção de um quadro mais permanente de professores e pesquisadores para o desenvolvimento de um trabalho mais sistemático que não sofra as seqüelas das crises econômico-financeiras, independente de se reconhecer que para a educação os recursos sempre foram escassos.” (Fonte: Universidade e Universidades. Brasília : IPEA, 1981).*

Se existem pois, escalas nas formas de Universidades, diferentes devem ser os critérios de sua avaliação e julgamento e até mesmo dos graus de sua autonomia, uma vez se constituírem como “empresas” com características peculiares e de administração com finalidades científicas típicas.

Nelas observa-se que o comando acadêmico tem sido o ponto nevrálgico e com tendências a tornar-se cada vez mais complexo à proporção em que a supervisão docente e a oferta do saber obedecem à integração operacional sem vinculação a formas e estruturas em que os departamentos, órgãos institucionais muito fortes, aparecem em determinadas circunstâncias como entraves à integração do conhecimento. Este é um aspecto que tem que ser revisto no âmbito da avaliação global da qualidade dos serviços e vocação das universidades brasileiras.

Portanto, as estruturas universitárias deveriam ser mais flexíveis e capazes de incorporar continuamente as transformações advindas das mutações sensíveis da ciência e da tecnologia, sem corporativismos, com administrações setorializadas especializadas, capazes de fazer as coisas acontecerem de forma dinâmica e criativa, aspectos nem sempre verificados nas universidades públicas oficiais, afinal



**“enfrentar com nossa criatividade as limitações, em termos de recursos teóricos e metodológicos, como consequência de havermos aceitado, no campo da avaliação educacional, as soluções e os modelos provenientes de uma realidade diferente da nossa”, (Ludke, 1988),**

implica na importância da avaliação como elemento natural das atividades de uma instituição de ensino superior.

Há na Universidade toda uma questão e uma postura voltada para a pesquisa, acredita-se, muito maior do que para o Ensino. Ocorre que falta uma definição mais clara a respeito do vocábulo “pesquisa” e o grau de indissociabilidade necessária com o ensino superior, como procedimento didático. É muito possível confundir-se a **pesquisa-fim** e a **pesquisa-meio**, esta aceita essencialmente como instrumento de ensino, quer na universidade ou na simples escola isolada, sem que se entenda que ambas não podem estar alheias ao processo.

Retirar da pesquisa a conotação de procedimento didático, seria o mesmo que transformar a universidade em mero centro de pesquisa, o que certamente não é desejável. O DESEMPENHO da Universidade deverá evitar tanto o excesso de teoria, quanto a atividade exclusivamente orientada para a prática e a pesquisa.

Como tudo na Universidade, a própria pesquisa deve ser  **julgada** em função da concepção da Universidade que se quer concretizar numa dada comunidade e em dado momento histórico. Isto porque há universidades que podem dedicar-se com mais intensidade à investigação científica, considerando-se a VOCAÇÃO que as anima, os cursos que mantêm, a comunidade a que servem, embora se considere que a **pesquisa** não tem valido ao **ensino** o quanto seria desejável, privando-o de uma condição fundamental de todo o estudo feito com vistas à aprendizagem para uma efetiva

aquisição do conhecimento.

Verificam-se “pesquisas” que a nada levam e de nenhuma relevância para o bem comum das pessoas e da própria ciência. É bem isto que a sociedade deve começar por criticar num processo de avaliação institucional universitária; principalmente o Brasil, país de 3º mundo, não pode se dar ao “luxo” de malversar as verbas e os esforços destinados à pesquisa.

Entende-se que a pesquisa é fundamental para a Universidade, porém exigir-se, de maneira absoluta, o exercício de programas de pesquisa em todas elas, é inexecutável, bastando lembrar as dificuldades de financiamento e, nas particulares, a falta de docentes em tempo integral.

Talvez, na medida em que uma avaliação emancipatória fosse realizada “para valer”, se exigisse mais de todas as instituições de ensino superior, como a transmissão de conhecimentos alicerçados nos resultados das pesquisas, ainda que elaboradas fora da própria Universidade e, menos pesquisa-fim, da qual o estudante não participa e para a qual, em termos globais, a universidade carece de recursos materiais e de docentes com vocação, preparo e disponibilidade para muitas áreas.

A avaliação, pois, de uma Universidade constitui-se numa atividade complexa, exigindo

**“seriedade e credibilidade, isto quer dizer que de nada serviria pôr em prática um determinado modelo avaliativo, se o pessoal encarregado para aplicá-lo, analisar e interpretar os resultados carece de competência ética e profissional necessária para realizar essa missão”. (Durhan, 1988).**

De um lado se discute muito o problema da necessidade da avaliação institucional, mas pouco se realiza em torno do problema. Há uma série de discursos inócuos na maioria dos eventos que objetivam abordar os vários aspectos inseridos na



problemática, para depois, na realidade, pouco ou quase nada se fazer a respeito, talvez por serem as instituições públicas oficiais muito burocratizadas e hoje em dia, livres até certo ponto do estigma do “reconhecimento”. O que se enfatiza é a avaliação da qualidade, mas sem definições específicas acerca de quem se responsabiliza por essa qualidade. Assim, ficam à deriva a espera de que venham avaliá-las!

Nas instituições de ensino superior particulares as coisas são ainda muito mais “vazias” uma vez que no Congresso Nacional ainda se faz tramitar projeto de Lei no sentido de estabelecer a avaliação do ensino nessas escolas, numa antecipação do que a obrigatoriedade à LDBEN tem que fazer, reconhecendo ser esse procedimento um legítimo direito (e até mesmo obrigação) da Pasta da Educação.

Esta indefinição levanta algumas questões: *De que critérios lançarão mãos os órgãos encarregados de desencadear tal processo? As universidades serão classificadas, segundo modelo da hotelaria? Haverá pessoal especializado para acompanhar, julgar e relatar as situações da qualidade institucional?* Não obstante, se nos parece que o mais importante não seria as instituições esperarem estas tais avaliações, mas sim, se auto-avaliarem internamente de forma emancipadora, a partir de certos valores humanos e éticos, tratando todos os personagens envolvidos, como sujeitos capazes de criticamente desenvolverem suas próprias atividades e de imprimirem a elas a qualidade necessária, para que, num conjunto, tudo flua qualitativamente, numa perspectiva sócio-político-emancipadora.

Desta forma, os envolvidos no processo estarão colaborando no sentido de ajudar as instituições a confrontarem seus impasses totais e a complexidade de seus problemas, sob a orientação da pesquisa-ação, buscando a elucidação dos processos complexos de forma catalizadora, observando os fenômenos significativos inseridos no processo

sócio-organizacional e promovendo situações do AGIR e do TOMAR DECISÕES voltadas à melhoria dos sistemas.

A avaliação emancipadora pode encontrar, pois, através de suas estratégias de ação, processos de revelação e realização de possibilidades emergentes, trabalhando com meios não previstos, mas que podem emergir dos objetivos pertinentes que “permitam às pessoas moverem-se de um estado de “ser” para um estado de “ser mais”.” (Garcia, 1981).

Concluindo: A avaliação emancipadora, rejeitando as pretensões daqueles que pretendem mudar o “status quo” de uma organização, apenas pelo emprego de “slogans” ou chavões, enfatiza a palavra como emancipadora, não apenas esclarecedora, portanto, isenta do radicalismo verbal, mas uma palavra concreta.

Num processo de avaliação institucional, a **práxis** deve valer mais do que a **retórica** e ela tem que considerar os múltiplos aspectos internos-externos de todas as variáveis intervenientes que atuam no coletivo, no político-social, num processo hermenêutico e comprometido, de forma que o avaliador e o avaliado busquem e sofram mudanças qualitativas, chegando inclusive as universidades a adotarem em seus projetos institucionais - através da prática da auto-avaliação - a coerência e a consistência interna que deve ser seu objetivo maior.

## 2.2 A Vocação da Universidade sobre a Perspectiva de Avaliação da qualidade de seu Projeto Pedagógico.

No âmbito universitário, quando da divulgação da “lista dos improdutivos” da USP, desencadeou-se um largo debate sobre a necessidade imprescindível da avaliação das demais universidades brasileiras, tanto assim que é provável que o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, hoje ainda em



tramitação nos “corredores” do Congresso Nacional, venha a olhar com denodo o problema, advogando a necessidade de processos de avaliação interna e externa das IES, prevendo-se inclusive situações de descredenciamento de Instituições de Ensino Superior improdutivas.

Com isto, incorre-se no perigo de que o compromisso da Universidade com a sociedade, de lidar com o conhecimento científico e das investigações necessárias, sofra revezes ainda maiores, pois, crenes os poderes constituídos de que a Universidade não está produzindo a contento, restrinjam sua autonomia, seus financiamentos e o conhecimento científico - produção, divulgação e transmissão - sejam cerceados ainda mais, o que seria um tremendo absurdo num país que necessita urgentemente de conquistas científicas, sob pena de ficar alijado do panorama internacional, daqueles que têm algo a oferecer ao processo de desenvolvimento, progresso e mudanças da sociedade contemporânea!

Assim, as universidades brasileiras têm que obter sua qualidade “por dentro”, em seus laboratórios, em seus departamentos, em seus programas de extensão, em seus projetos de pesquisa, em seu processo de ensino, e isto só será possível, por intermédio de um Projeto Pedagógico que vise intensificar e a buscar a melhoria da qualidade dos serviços e objetivos das mesmas, pois este projeto deverá encerrar o próprio desafio das exigências e paradoxos da reestruturação desta mesma Universidade.

Então seria de se perguntar: *E como estas coisas se dariam?*

Provavelmente o ponto de partida seria buscar-se alternativas não padronizadas, mas específicas segundo as características de cada uma das instituições, uma vez que cada uma apresenta suas peculiaridades. Seu projeto de qualidade deveria se embasar nas conquistas da modernidade, dentre as quais, a formação do profissional competente e assumido politicamente com a sociedade e com o coletivo dela emergente, ou seja: *o professor*

*comprometido em realizar um trabalho (o ensino), a partir do que possa ele mesmo produzir e não reproduzir. E que mantenha uma relação respeitosa com aqueles envolvidos nas experiências curriculares nas salas de aula.*

Um outro aspecto inerente a esse processo de melhoria da qualidade das instituições universitárias diz respeito a seu **compromisso ético** com sua época e dos desafios sociais do universo de sua ação, para o que, SOUZA (1992) aponta algumas sugestões, tais como:

- *Conhecimento dos alunos, sua visão e avaliação como momento e expressão da auto-avaliação e de auto-representação da instituição, como forma de imprimir conteúdos pedagógicos aos projetos;*
- *Qualificação dos recursos humanos, para o preparo intelectual e técnico dos que fazem as ações sócio-políticas e profissionais através, por exemplo, de um departamento interuniversitário que, por intermédio de um banco de recursos humanos, buscase a oportunidade de ajudar, em forma de parceria, estágios e troca de docentes com pólos mais avançados, programas de capacitação autônomos e cooperados;*
- *Comissão específica de consultores especializados para estudos, elaboração, implantação e acompanhamento dos projetos pedagógicos, em particular como espaço de avaliação do ensino, respondendo aos desafios que lhe são colocados, de forma a terem respeitabilidade e autoridade pela competência de seu trabalho, estando menos vulneráveis à sedução das relações de poder oportunista, presentes nas instituições de qualquer gênero;*
- *Competência técnica e social no tocante à formação ética dos docentes, funcionários e alunos.*

A Universidade, enquanto projeto do homem, voltada para a produção da ciência e melhoria das relações políticas e sociais da humanidade, cumpre a sua VOCAÇÃO na medida em que se determina pelas suas próprias condições internas e objetivas com a qualidade do que produz e do que



faz nascer. Busca a superação da imobilidade que, por muito tempo e sob determinadas circunstâncias, caracteriza algumas instituições, firmando-se então seu caráter dinâmico, rejeitando modelos prontos e propondo-se a encontrar seu próprio caminho, como aquele marujo que necessita manter seu barco avariado singrando os mares, enquanto o repara, em busca do porto seguro de atracação.

Por intermédio de avaliação contínua e “feedback” conseqüente, as “Unidades Curriculares” deverão passar por análises críticas, repensando a qualidade e os objetivos dos cursos ofertados, efetivando conseqüentemente novas linhas programáticas e metodológicas redimensionamentos administrativos e financeiros, novos projetos de qualificação docente, implantação de novos parâmetros de avaliação de desempenhos para ingresso, permanência e avanços na carreira docente; e finalmente, melhor racionalização das verbas destinadas à pesquisa e extensão de serviços à comunidade.

Revedo, pois, suas funções prioritárias, e acrescentando-lhes dimensão social, garantirá a formação de profissionais críticos e capazes de exercer a cátedra com discernimento político-social e capazes, como decorrência, de prover a sociedade de homens-profissionais, mais autônomos, justos e competentes.

Um outro aspecto no qual se deve pensar no que tange à melhor compreensão do que um processo de avaliação institucional pode contribuir para a melhoria das relações e dos serviços das universidades brasileiras é o que diz respeito à democratização desses mesmos serviços e dessas mesmas relações que, se não obtida através de ações participativas, não se concretizarão, pois há ainda grande dificuldade de acesso ao poder central das universidades, pelos **determinantes burocráticos e autoritários**.

No próprio âmbito da sala de aula, por absurdo que possa parecer, ainda existe uma grande dose de autoritarismo nas relações interpessoais

docente-discente. Estes vivem digladiando-se, não de forma participativa crítico-espontânea, mas sim, através de discussões ofensivas, acusatórias entre o que TEM QUE ENSINAR e NÃO ENSINA e o que ESTÁ PARA APRENDER e NÃO APRENDE, pois não compreende, não se interessa, não se motiva; porque nem sempre a mensagem, o programa, a matéria, o conteúdo lhes soa como algo significativo. Muitos aspectos dos programas não se encontram contextualizados com o real, com o social, com o funcional, sendo cristalizados e obsoletos, com cheiro mesmo de sótão de castelo medieval. Necessário se faz, portanto,

**“Clarificar, redefinir e ampliar a função social da Universidade, assegurar a autonomia didático-científica e administrativo-financeira, democratizar o acesso ao poder instituído e as relações internas de poder são intentos que só foram possíveis pela ampla participação da comunidade universitária na construção do Projeto Pedagógico, em todos os momentos de crítica, de proposta e de ação.” (Camargo, 1992).**

A Universidade, por certo, obterá sua verdadeira VOCAÇÃO e sua QUALIDADE POLÍTICA, como nos diz Pedro Demo em sua obra “Avaliação Qualitativa” (1987) -aquela que existe naquilo que é criado pelo homem, na sua história e em sua cultura-, na medida em que envidar todos os esforços disponíveis para a melhoria da vida deste mesmo homem, capacitando-o a intervir beneficentemente no meio em que se encontra inserido, portanto fazendo história, e como decorrência, melhorando a cultura do meio.

Entende-se que esta qualidade política deve estar intimamente vinculada ao fenômeno participativo; e isso é condição do homem e não das máquinas, das ações conscientes, assumidas e compromissadas, não de projetos tecnicamente



elaborados, mas “frios” e insensíveis aos seres que neles estejam envolvidos. Visto que o Brasil vive hoje outros “ares” políticos e muito propícios ao desenvolvimento de projetos participativos e emancipatórios, eis, pois, a oportunidade preciosa de empregar-se esforços de toda natureza para que a LDB da Educação Nacional seja vista e aprovada urgente e com toda qualidade de que se necessita para logo logo buscar-se a reversão do quadro até certo ponto autoritário e eminentemente técnico, senão caótico, que ainda existe em muitas instituições educacionais.

### **3. QUALIDADE INSTITUCIONAL, PRESUPOSTO PARA O DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE**

#### **3.1 Avaliação da Qualidade: Compromisso Institucional na Construção de Uma Nova Universidade**

A questão da qualidade das instituições universitárias, ao que parece, decorre dos problemas conseqüentes dos “resultados” que muitas delas apresentaram e estão ainda a apresentar, deixando de corresponder às expectativas das comunidades que nelas participam e/ou em que estejam inseridas. Não porque estritamente o enfoque da avaliação esteja na ordem do dia, não. Mas porque se faz mister que se promovam as mudanças de que tanto as universidades estão a merecer. O que ocorre contudo, é que esta temática da avaliação no contexto institucional não firmou ainda tradição no Brasil, uma vez que, por enquanto, o acompanhamento da qualidade das universidades foi tarefa mais do “Estado Avaliador”, como diz SCHWARTZMAN (1992). Tal é o caso do CNPq e da CAPES.

Esses organismos ainda hoje norteiam os padrões de qualidade para o ensino de pós-graduação e para a pesquisa científica do país e para quem o problema da qualidade das universidades

brasileiras se traduz basicamente pela ausência ou presença de condições apropriadas para a pesquisa, dedicação exclusiva para os professores, bibliotecas e laboratórios adequados e processos de seleção, contratação e promoção, baseados no desempenho científico, programas de pós-graduação...

Se há, pois, uma preocupação contemporânea acerca da necessidade da avaliação institucional como condição de desenvolvimento das universidades brasileiras é provavelmente em razão de fatores tais como: O problema dos elevados custos de um aluno matriculado no ensino superior no Brasil, um dos maiores do mundo e o esgotamento de recursos por parte de atendimento do poder constituído, uma vez que as instituições públicas oficiais aumentaram em número e tamanho e hoje o país se defronta com problemas de tantas outras naturezas que não apenas o da educação e não há verbas para tudo.

Por outro lado, porque as instituições têm que ser melhores em qualidade, como se isso fosse sua “moeda forte” para competirem diante das outras, já que o simples diploma nas mãos dos formandos hoje de pouco vale, caso não “deixem” estas instituições devidamente capacitados e chancelados pelo VALOR e QUALIDADE dos currículos dos estabelecimentos que freqüentaram. Tudo isso tem que ser revisto pelas instituições de ensino superior, fazendo crer que devem as mesmas buscar a adaptação às práticas de avaliação institucional, como elemento indispensável para a melhoria do processo curricular. Mas que tais práticas não se transformem em mais uma panacéia como tantas outras que já foram tentadas em busca da melhoria qualitativa das escolas de ensino superior, para resolver seus problemas internos e para com a sociedade. Ou agem de fato em direção a mudanças concretas, fruto de avaliações sérias, ou tenderão a permanecer estagnadas e sem rumo, formando profissionais de baixo nível, ofertando cursos de baixa qualidade, serviços de extensão



desnecessários e pesquisas questionáveis. Se

**“de uma forma ou de outra o sistema educacional brasileiro, particularmente seu setor público, será objeto de avaliações sucessivas pelos governos, pela opinião pública e pela sociedade nos próximos anos, é melhor que ele se antecipe e tome seu destino em suas próprias mãos, antes que algum aventureiro o faça.”**  
(SCHWARTZMAN, 1992. Página 25).

Se é nos departamentos, nos colegiados e nas faculdades, onde se vêem concentradas as características da competência que devem participar diretamente dos processos de avaliação, como sujeitos e objetos, cada um através de critérios pré-estabelecidos e especificados a cada situação e a cada realidade e/ou circunstâncias, **ai deveriam centrar-se as decisões!**

A partir de sua vocação básica, das possibilidades e áreas de competência, cada uma das unidades, quer do ensino, da pesquisa e da extensão, devem se caracterizar pelo exemplo de qualidade a nível de um elevado grau de excelência, e por intermédio de seus próprios parâmetros, serem avaliados.

Mas talvez isto demore um pouco, pois, como se verifica, a ausência de uma política educacional global explicitada entrava a emancipação da avaliação institucional como mecanismo fundamental para o resgate da credibilidade do ensino superior público, uma vez que a sociedade está a cobrar uma “prestação de contas” pelo fato de mantê-las com seus impostos pagos. Então, a Universidade Brasileira precisa “rever-se” em seu papel de vanguarda como a responsável pela produção ainda de grande parte das pesquisas que se fazem neste país, também no que diz respeito ao atendimento de um grande contingente de alunos que, ano a ano, demandam aos vestibulares e não têm o acesso almejado, muitos dos quais por despreparo, e outros por modelos controvertidos

de vestibulares que acabam por privilegiar os alunos oriundos das classes abastadas. Faz-se necessário, portanto, abordar aspectos relativos à avaliação do Projeto Pedagógico destas instituições, sua estrutura curricular e o desempenho acadêmico dos professores, como nos diz ZAINKO (1992).

De uma ou de outra forma, a verdade é que toda Universidade trabalha sobre um Projeto; cada uma reservando-se a uma vocação própria, com suas propostas e contradições em busca da produção do saber, quer elaborado de forma crítica ou reprodutiva, irreal. Por sua vez, os currículos devem ser revistos como já mencionado neste trabalho, pois os mesmos constituem o **conhecimento organizado socialmente acumulado**, e não podem ser estáticos, mas servirem de fato para a **apropriação do saber revelado**, que promova a formação social e a superação das fragmentações do conhecimento que deverá ser incorporado pelo aluno de forma que possa compreender o processo do social humano. Já o desempenho docente deve ser avaliado de forma interface, através da auto-avaliação, a avaliação pelos Departamentos e principalmente pelos alunos, de forma coletiva, discutida e assumida.

### 3.2 Avaliação da Universidade, Impactos e Aspectos Políticos.

Até certo ponto, as experiências de avaliação institucional, que foram tentadas em muitas universidades, geraram polêmicas e inclusive certas resistências. Não obstante, hoje em dia já se encontram estabelecidas, e já não se discute tanto PORQUE FAZÊ-LAS, mas COMO FAZÊ-LAS. E o que mais se percebe é que esta tal avaliação tem primado, em primeiro plano, pelo desempenho dos docentes acerca do que produzem e/ou produziram. Mas a questão ainda continua sendo a confiabilidade das informações que são colhidas e analisadas quanto à propriedade da produção (da



pesquisa). *Que valor tem a mesma? Qual sua importância para a comunidade científica em termos de modernidade? Continuamos ainda a produzir no país, coisas já consideradas superadas?*

Se se emprestar ênfase à avaliação da produção técnico-científica, medida apenas pelo número de trabalhos publicados e/ou pesquisas realizadas, sem se verificar sua importância para o avanço, para a melhoria e solução de problemas, não se estará fazendo grande coisa em termos de cumprimento dos objetivos da avaliação. Outra questão está relacionada a **avaliação do ensino** que ocorre no ambiente das salas de aula, e isto implica que se deve *contar substancialmente com as informações coletadas pelos alunos diretamente envolvidos no processo e não apenas com avaliações realizadas pelos "chefes" de departamentos e/ou de auto-avaliações realizadas pelos professores.*

Da mesma forma em termos dos serviços prestados à comunidade, por intermédio da extensão, **a quem a Universidade está atendendo? Qual a qualidade dos serviços prestados?** A quantos está atendendo e se de fato aos que verdadeiramente necessitam, como o caso, por exemplo, do trabalho executado pelos estagiários nas clínicas integradas, nos hospitais-escolas, nos escritórios de assistência jurídica...

## Conclusão

Não se pretendeu aqui a discussão a respeito dos conceitos de avaliação de desempenho, uma vez que cada instituição como unidade de produção, tenta maximizar de todas as formas sua eficácia com aquilo (verbas, recursos humanos e materiais) que detém e porque o processo de elaboração e de difusão do saber vai além da simples justaposição de alunos e professores numa sala de aula, pois, na verdade, representam eles a própria razão de existir da Universidade e não podem, pois, ser

fracionados e dirigidos para o que deveriam fazer, de forma sistemática, o que não é difícil de se verificar nas universidades.

Por certo, os problemas continuarão a ocorrer, pois há no Brasil problemas de política educacional que acabam de fato por se refletir no ambiente das instituições, uma vez que há alguma indefinição para a execução dos papéis das instituições de ensino superior como um todo e de cada segmento (universidades federais, estaduais, particulares e estabelecimentos isolados) no que concerne a questões do tipo: demanda de alunos com desempenhos cada vez mais fracos nos vestibulares; conciliação das exigências de qualidade com escassez de recursos cada vez mais freqüente; necessidade de capacitação profissional dos docentes a nível de mestrado e doutorado e ampliação de projetos de pesquisa.

Assim, na ausência de definição desses objetivos, estabelecer critérios para as avaliações conseqüentes torna-se muito difícil, principalmente em virtude de que "modelo de avaliação"; - se QUANTITATIVA, como implantada na USP ou QUALITATIVA, na UFPA - e um fato mais grave ainda: *o que fazer após as etapas que dizem respeito ao levantamento da problemática?* Caso a avaliação institucional não contamine o corpo docente, de forma que o mesmo se conscientize de sua razão e importância, todos os esforços iniciais, por mais sérios que sejam, perderão de vista as necessidades de ultrapassagem e todo o processo se desmoronará em virtude da falta de participação.

E não é isto que se deseja, naturalmente, porque a defasagem entre as abordagens quantitativo-qualitativa necessita ser superada através de uma troca maior de experiência entre instituições e a incorporação dos trabalhos de avaliação nas atividades do dia-a-dia. Reportemo-nos finalmente às palavras de Paul et alii, (1992).



“Há que se constatar que as atividades de avaliação estão se tornando uma realidade em várias instituições. Mas essa atividade representa uma área ainda muito sensível, e só um jogo aberto entre as equipes encarregadas de coordenar os trabalhos e a comunidade universitária poderá conseguir ultrapassar os preconceitos e desentendimentos que ainda existem”.

## Bibliografia

- 1 - TRAMONTIN, Raulino. **Universidade e Universidades**. Brasília : IPEA, 1981.
- 2 - SAUL, Ana Maria. **Avaliação da Universidade: buscando uma alternativa democrática**. Brasília : Jornal dois Pontos, 1988. N° 44, SESU/MEC.
- 3 - JULIATO, Clemente Ivo. **Avaliação do desempenho das instituições universitárias**. Ed. Especial Brasília : Jornal dois Pontos, 1987. N° 38, SESU/MEC.
- 4 - LUDKE, H. A. **Uma introdução ao desenvolvimento de recursos tecnológicos em avaliação**. Brasília : Jornal dois Pontos, 1988. N° 14, SESU/MEC.
- 5 - DURHAN E. R. **Avaliação na Universidade**. São Paulo : Cortez, 1988.
- 6 - GARCIA, R.M. **A base de uma administração autodeterminada: o diagnóstico emancipador**. IN: Educação e avaliação-avaliação e tomada de decisão. São Paulo: Cortez, 1981.
- 7 - SOUZA, Fernando Ponte. **Projeto pedagógico e avaliação da qualidade do ensino**. IN: Dados n° 5, ABM - Suplemento Especial. Brasília, 1992.
- 8 - CAMARGO, Alzira Leite Carvalhais. **O projeto pedagógico da PUC/CAMP e sua contribuição para o debate sobre avaliação do ensino**. IN: Dados n° 5, ABM - Suplemento Especial. Brasília, 1992.
- 9 - DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa**. São Paulo: Cortez, 1988.
- 10 - SCHWARTZMAN, Simon. **O contexto institucional e o político da avaliação**. IN: Avaliação do ensino superior. São Paulo : USP, 1992.
- 11 - ZAINKO, Maria Amélia Sabbag. **Educação superior no Brasil: A avaliação institucional como condição para o seu desenvolvimento**. IN: Dados n° 5, ABM - Suplementos Especial. Brasília, 1992.
- 12 - PAUL, Jean Jacques et alli. **As iniciativas e as experiências de avaliação do ensino superior: balanço crítico**. IN: Avaliação do ensino superior. São Paulo: USP, 1992.